

Sumário

Nota do Autor	xix
Capítulo I – Sujeitos e Partes do Processo. A Comunicação dos Atos Processuais ao Acusado. Inatividade Processual. Do Assistente da Acusação	1
1. Sujeitos Processuais e a Problemática em Torno da (In)Existência de Partes no Processo Penal.....	1
2. Do Acusado. Citação, Notificação e Intimação Como Manifestações do Direito Fundamental ao Contraditório e à Ampla Defesa. Ausência Processual e Inadequação da Categoria “Revelia”.....	6
2.1. A Comunicação dos Atos Processuais como Manifestação do Contraditório e da Ampla Defesa.....	8
2.2. A Citação do Acusado. Garantia do Prazo Razoável. Requisitos e Espécies. Citação por Carta Precatória e Rogatória. Citação do Militar, do Servidor Público e do Réu Preso.....	9
2.2.1. Concessão ao Acusado do Tempo e dos Meios Adequados para a Preparação de sua Defesa	10
2.3. Citação Real e Ficta (Edital).....	14
2.4. Citação com Hora Certa	16
2.5. (Re)Definindo Categorias. Inatividade Processual Real e Ficta do Réu. Ausência e Não-Comparecimento (réu não encontrado).....	19
2.6. Aplicação do Art. 366 do CPP	20
2.6.1. Não-Comparecimento. Suspensão do Processo e da Prescrição. Problemática.....	20
2.6.1.1. Aplicação Literal do Art. 366. Suspendendo o Processo e a Prescrição por Tempo Indeterminado. Recurso Cabível.....	22
2.6.1.2. Crítica à Suspensão Indefinida da Prescrição. Da Inconstitucionalidade à Ineficácia da Pena. O Esquecimento: Ameaçador, mas Necessário. A Prescrição como Direito ao Esquecimento Programado	24
2.6.1.3. Em Busca do Limite à Suspensão da Prescrição. As Diferentes Posições Teóricas.....	27
2.6.2. A (Injustificável) Exclusão de Incidência do art. 366 do CPP na Lei 9.613/98	29
2.6.3. Não-Comparecimento. Prisão Preventiva. Produção Antecipada de Provas.....	30
2.7. Aplicação do art. 367 do CPP. Ausência. A “Condução Coercitiva” do art. 260 do CPP. Exigência de Ordem Judicial Fundamentada	32

2.8. Inadequação da Categoria “Revelia” no Processo Penal.....	35
2.9. Notificação e Intimação do Acusado. Contagem de Prazos.....	37
3. Assistente da Acusação.....	39
3.1. Natureza Jurídica. Legitimidade, Capacidade e Interesse Processual. Pode o Assistente Recorrer para Buscar Aumento de Pena? Crítica à Figura do Assistente da Acusação.....	39
3.2. Corréu Não Pode Ser Assistente. Risco de Tumulto e Manipulação Processual.....	45
3.3. Momento de Ingresso do Assistente. Iniciativa Probatória. Pode o Assistente Arrolar Testemunhas?.....	46
3.4. Assistente Habilitado e Não Habilitado. Recursos que Pode Interpor. Prazo Recursal.....	48
Capítulo II – Prisões Cautelares e Liberdade Provisória: A (In)eficácia da Presunção de Inocência.....	53
1. Presunção de Inocência e Prisões Cautelares: A Difícil Coexistência.....	53
2. Teoria das Prisões Cautelares.....	54
2.1. <i>Fumus Boni Iuris</i> e <i>Periculum in Mora</i> ? A Impropriedade desses Termos. Categorias do Processo Penal: <i>Fumus Commissi Delicti</i> e <i>Periculum Libertatis</i>	55
2.2. Medidas Cautelares e Não Processo Cautelar.....	57
2.3. Inexistência de um Poder Geral de Cautela. Ilegalidade das Medidas Cautelares Atípicas.....	57
2.4. Principiologia das Prisões Cautelares.....	59
2.4.1. Jurisdicionalidade.....	59
2.4.2. Provisionalidade.....	61
2.4.3. Provisoriedade. Prazo Razoável e a Superação das Súmulas 52 e 21 do STJ.....	61
2.4.4. Excepcionalidade.....	66
2.4.5. Proporcionalidade.....	67
3. Da Prisão em Flagrante. Medida de Natureza Pré-Cautelar. Análise das Espécies, Requisitos e Defeitos. Garantias Processuais e Constitucionais.....	69
3.1. Por que a Prisão em Flagrante não Pode, Por Si Só, Manter Alguém Preso? Compreendendo sua Pré-Cautelaridade. Alcance do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP.....	69
3.2. Espécies de Flagrante. Análise do Art. 302 do CPP.....	74
3.3. Flagrante em Crime Permanente. A Problemática do Flagrante nos Crimes Habituais.....	78
3.4. (I)Legalidade dos Flagrantes Forjado, Provocado, Preparado, Esperado e Protelado (ou Diferido). Conceitos e Distingões. Prisão em Flagrante e Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada e Pública Condicionada à Representação.....	81
3.5. Síntese do Procedimento. Atos que Compõem o Auto de Prisão em Flagrante.....	85

3.6. Garantias Constitucionais e Legalidade da Prisão em Flagrante. Análise do Art. 306 do CPP	88
3.7. A Decisão Judicial Sobre o Auto de Prisão em Flagrante. Aspectos Formais e Análise da Necessidade da Decretação da Prisão Preventiva.....	91
3.8. Refletindo sobre a Necessidade do Processo Ainda que Exista Prisão em Flagrante: Contaminação da Evidência, Alucinação e Ilusão de Certeza....	94
3.9. A Relação de Prejudicialidade entre a Apresentação Espontânea (Art. 317) e a Prisão em Flagrante. Crimes Culposos de Trânsito – Art. 301 da Lei 9.503/97	97
4. Da Prisão Preventiva. Do Senso Comum à Crítica Morfológica e Análise dos Defeitos Fisiológicos	98
4.1. Recordando os Princípios que Permitem a Difícil Coexistência entre Prisão Preventiva e Presunção de Inocência.....	98
4.2. Momentos da Prisão Preventiva. Quem Pode Postular seu Decreto. Ilegalidade da Prisão Preventiva Decretada de Ofício. Violação do Sistema Acusatório e da Garantia da Imparcialidade do Julgador.....	101
4.3. Requisito da Prisão Preventiva: <i>Fumus Commis Delicti</i> . Juízo de Probabilidade de Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade	104
4.4. Fundamento da Prisão Preventiva: <i>Periculum Libertatis</i> . Análise a Partir do Senso Comum Doutrinário e Jurisprudencial.....	108
4.5. Análise dos Arts. 313 e 314 do CPP. Casos em que a Prisão Preventiva Pode ou Não ser Decretada.....	111
4.6. Análise Crítica do <i>Periculum Libertatis</i> . Resistindo à Banalização do Mal. Controle Judicial da (Substancial) Inconstitucionalidade da Prisão Para Garantia da Ordem Pública e da Ordem Econômica. Defeito Genético.....	114
4.7. Prisão Para Garantia da Ordem Pública. O Falacioso Argumento da “Credibilidade (ou Fragilidade?) das Instituições”. Risco de Reiteração. Crítica: Exercício de Vidência. Contraponto: Aceitação no Direito Comparado	121
4.8. Desconstruindo o Paradigma da (Cruel) Necessidade, Forjado pelo Pensamento Liberal Clássico. Alternativas à Prisão por “Conveniência da Instrução Criminal” e para o “Risco para Aplicação da Lei Penal”	125
4.9. Crítica ao Sistema Cautelar Brasileiro. Defeito e Limitação Morfológica. Imprescindibilidade do Pluralismo Cautelar para Fugir da Patologia dos Extremos.....	131
5. Da Prisão Temporária	133
5.1. Duração da Prisão Temporária. Prazo com Sanção	135
5.2. Especificidade do Caráter Cautelar. Análise do <i>Fumus Commis Delicti</i> e do <i>Periculum Libertatis</i> . Crítica à “Imprescindibilidade para as Investigações Policiais”	136
6. Prisão Decorrente da Sentença Condenatória Recorrível. A Revogação (tar- dia...) do Art. 594 do CPP	140
7. Prisão Decorrente da Pronúncia. O Problema (e a solução...) se Repete.....	146

8. Prisão (Obrigatória?) em Caso de Interposição de Recurso Especial e/ou Extraordinário. Ausência de “Efeito Suspensivo” e a Inadequada Transmissão de Categorias do Processo Civil	147
9. Prisão Especial. Especificidades da Forma de Cumprimento da Prisão Cautelar. Inexistência de Prisão Administrativa. Prisão Civil	150
10. Liberdade Provisória. Limitações e Paradoxos do Sistema Brasileiro. Imprescritibilidade Processual do (Atual) Regime Jurídico da Fiança	155
10.1. Definindo as Categorias: Relaxamento, Revogação da Prisão Cautelar e Concessão da Liberdade Provisória	156
10.2. Liberdade Provisória sem Fiança. Regimes Jurídicos. A Importância do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP	159
10.3. Liberdade Provisória com Fiança. Ineficácia Gerada Pelo Grave Paradoxo Legislativo. Inutilidade do Instituto no Regime Atual.....	163
10.4. Apenas por Argumentar: Valor, Reforço, Dispensa, Destinação, Cassação, Quebramento e Perda da Fiança.....	165
10.5. Crimes Inafiançáveis e Situações de Inafiançabilidade. Irrelevância. Ausência de Prisão Cautelar Obrigatória. Concessão de Liberdade Provisória sem Fiança	166
10.6. Ilegalidade da Vedação à Concessão de Liberdade Provisória. Possibilidade em Crimes Hediondos e Equiparados. Nova Lei de Tóxicos, Estatuto do Desarmamento e Lei 9.613 (Lavagem de Dinheiro)	168
11. De Olho nas Reformas Processuais: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei 4.208-C	170
12. Anexo do Capítulo: Projeto de Lei nº 4.208-C. Prisão Processual, Liberdade Provisória e Demais Medidas Cautelares.....	178
Capítulo III – Das Medidas Assecuratórias (Ou das Medidas Cautelares Reais)	185
1. Explicações Iniciais	185
2. Do Sequestro de Bens Imóveis e Móveis.....	187
2.1. Requisito. Legitimidade. Procedimento. Embargos do Imputado e de Terceiro	187
2.2. Distinção entre Sequestro de Bens Móveis e a Busca e Apreensão. A Confusa Redação do Art. 132 do CPP	194
3. Hipoteca Legal e Arresto Prévio de Imóveis. Bens de Origem Lícita	195
4. Arresto de Bens Móveis. Origem Lícita. Art. 137 do CPP.....	197
5. Medidas Cautelares Reais: Demonstração da Necessidade e da Proporcionalidade. Problemática Não Enfrentada	198
Capítulo IV – Morfologia dos Procedimentos	201
1. Introdução: Sumária (Re)Cognição da Santa Trindade do Direito Processual Penal	201
2. Tentando Encontrar uma Ordem no Caos.....	203
3. Análise da Morfologia dos Principais Procedimentos.....	206
3.1. Rito Ordinário.....	207

3.1.1. Considerações Gerais. Morfologia. Quando Ocorre o Recebimento da Acusação? (Ou a Mesóclise da Discórdia...)	207
3.1.2. A Audiência de Instrução e Julgamento	212
3.2. Rito Sumário	215
3.3. Rito Especial: Crimes Praticados por Servidores Públicos Contra a Administração em Geral	216
3.4. Rito Especial: Crimes Contra a Honra	219
3.5. Rito Especial da Lei de Tóxicos (Lei 11.343/2006)	222
3.6. Os Juizados Especiais Criminais (JECrim) e o Rito Sumaríssimo da Lei 9.099.	227
3.6.1. Competência dos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais...	227
3.6.2. Limite de Pena e Competência do JECrim. Causas de Aumento e de Diminuição de Pena. Concurso de Crimes: Material, Formal e Continuado	229
3.6.3. Composição dos Danos Cíveis e suas Consequências	232
3.6.4. Transação Penal	234
3.6.4.1. E se o Ministério Público Não Oferecer a Transação Penal?	238
3.6.4.2. Cabimento da Transação Penal em Ação Penal de Iniciativa Privada	240
3.6.4.3. Descumprimento da Transação Penal	241
3.6.5. Suspensão Condicional do Processo	243
3.6.5.1. Considerações Introdutórias sobre a Suspensão Condicional do Processo	243
3.6.5.2. Alcance e Aplicação da Suspensão Condicional do Processo. Cabimento em Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada. Requisitos. Momento de Oferecimento	246
3.6.5.3. Suspensão Condicional do Processo e a Desclassificação do Delito: Aplicando a Súmula 337 do STJ	251
3.6.5.4. O Período de Provas e o Cumprimento das Condições. Causas de Revogação da Suspensão Condicional do Processo	253
3.6.5.5. Procedimento no Juizado Especial Criminal	258
3.6.5.5.1. Fase Preliminar. Alteração da Competência Quando o Acusado Não é Encontrado. Demais Atos	258
3.6.5.5.2. Rito Sumaríssimo	261
3.6.5.5.3. Recursos e Execução	262
3.7. Crítica ao Sistema de Justiça Negociada	263
3.8. Rito dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri	271
3.8.1. Competência e Morfologia do Procedimento	271
3.8.2. O Procedimento Bifásico. Análise dos Atos	272
3.8.2.1. Primeira Fase: Atos da Instrução Preliminar	273
3.8.2.1.1. Decisão de Pronúncia. Excesso de Linguagem. O Problemático “ <i>In Dubio Pro Societate</i> ”. Princípio da Correlação. Crime Conexo. Prisão Cautelar. Intimação da Pronúncia	277

3.8.2.1.2. Decisão de Impronúncia. Problemática Situação de Incerteza.....	287
3.8.2.1.3. Absolvição Sumária (Própria e Imprópria)	290
3.8.2.1.4. Desclassificação na Primeira Fase (Própria e Imprópria) e em Plenário	294
3.8.2.2. Segunda Fase: Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Relatório. Crítica a que “Qualquer Juiz” Presida o Feito. Alistamento dos Jurados	297
3.8.2.2.1. Do Desaforamento e Reaforamento. Dilação Indevida e (De)Mora Jurisdicional. Pedido de Imediata Realização do Julgamento	300
3.8.2.2.2. Obrigatoriedade da Função de Jurado. Isenção. Alegação de Impedimento. Recusa de Participar e Ausência na Sessão. Serviço Alternativo. Problemática	306
3.8.2.2.3. A Sessão do Tribunal do Júri. Constituição do Conselho de Sentença. Direito de Não Comparecer. Recusas e Cisão. Instrução em Plenário. Leitura de Peças e Proibições. Uso de Algemas. Debates.....	308
3.8.2.2.4. Juntada de Documentos para Utilização em Plenário. Antecedência Mínima. O Problema das Manobras e Surpresas.....	314
3.8.2.2.5. Considerações Sobre os Quesitos. Teses Defensivas. Desclassificação Própria e Imprópria	316
3.8.2.2.6. Da Sentença Condenatória e Absolutória. Problemas em Torno dos Efeitos Cíveis. A Prisão Preventiva....	325
3.9. Crítica ao Tribunal do Júri: da Falta de Fundamentação das Decisões à Negação da Jurisdição.....	332
3.10. Uma Alternativa Interdisciplinar ao Tribunal do Júri: O Escabinato	341
Capítulo V – Decisões Judiciais e sua (Necessária) Motivação. Superando o Paradigma Cartesiano. Princípio da Correlação (Congruência). Coisa Julgada.....	345
1. Dikelogia: La Ciencia de la Justicia.....	345
2. Controle da Racionalidade das Decisões e Legitimação do Poder	347
2.1. Invalidade Substancial da Norma: Quando o Juiz se Põe a Pensar e Sentir ..	351
2.2. A Superação do Dogma da Completude Jurídica. Quem nos Protege da Bondade dos Bons?	353
2.3. A Guisa de Conclusões Provisórias: Rompendo o Paradigma Cartesiano e Assumindo a Subjetividade no Ato de Julgar, Mas Sem Cair no Decisimismo	356
3. Decisão Penal: Análise dos Aspectos Formais.....	365
3.1. Estrutura Externa da Sentença. A Sentença Condenatória	368

3.2. Pode(ria) o Juiz Condenar Quando o Ministério Público Requerer a Absolvição? O Eterno Retorno ao Estudo do Objeto do Processo Penal e a Necessária Conformidade Constitucional. A Violação da Regra da Correlação.	371
4. Princípio da Congruência (ou Correlação) na Sentença Penal.....	374
4.1. A Imutabilidade da Pretensão Acusatória. Recordando o Objeto do Processo Penal.....	374
4.2. Princípio da Correlação ou Congruência: Princípios Informadores. A Importância do Contraditório e do Sistema Acusatório.....	376
4.3. A Complexa Problemática da Emendatio Libelli – Art. 383 do CPP. Para Além do Insuportável Reducionismo do Axioma Narra Mihi Factum, Dabo Tibi Ius. Rompendo os Grilhões Axiomáticos.....	379
4.4. É Possível Aplicar o Art. 383 Quando do Recebimento da Denúncia?.....	388
4.5. <i>Mutatio Libelli</i> – Art. 384 do CPP. O Problema da Definição Jurídica Mais Favorável ao Réu e a Ausência de Aditamento	390
4.6. Mutações: de Crime Doloso Para Culposos; Tentado para Consumado; Autor para Partícipe e Vice-Versa. Necessidade de <i>Mutatio Libelli</i>	394
4.7. As Sentenças Incongruentes. As Classes de Incongruência. Nulidade.....	399
5. Coisa Julgada Formal e Material	401
5.1. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada.....	404
5.2. Algumas Questões em Torno da Abrangência dos Limites da Coisa Julgada. Circunstâncias e Elementares não Contidas na Denúncia. O Problema do Concurso de Crimes. Concurso Formal, Material e Crime Continuado. Crime Habitual. Consumação Posterior do Crime Tentado	405
Capítulo VI – Atos Processuais Defeituosos e a Crise da Teoria das Invalidades (Nulidades). A Forma como Garantia.....	413
1. Introdução. Meras Irregularidades e Atos Inexistentes.....	413
2. Nulidades Absolutas e Relativas. Construção dos Conceitos a Partir do Senso Comum Teórico e Jurisprudencial.....	416
2.1. Nulidades Absolutas. Definição	416
2.2. Nulidades Relativas. Definição(?)	417
2.3. A Superação da Estrutura Legal Vigente. Nulidades Cominadas e Não Cominadas. Arts. 564, 566 e 571, do CPP.....	418
2.4. Teoria do Prejuízo e Finalidade do Ato. Cláusulas Genéricas. Manipulação Discursiva. Crítica.....	420
3. Análise a Partir das Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal e da Necessária Eficácia do Sistema de Garantias da Constituição.....	423
3.1. Crítica à Classificação em Nulidades Absolutas e Relativas.....	423
3.2. A Serviço de Quem Está o Sistema de Garantias da Constituição? A Tipicidade do Ato Processual. A Forma como Garantia. Convalidação (?). Nulidade Não é Sanção	425
3.3. (Re)Pensando Categorias a Partir dos Conceitos de Ato Defeituoso Sanável ou Insanável. Sistema de Garantias Constitucionais. Quando o Feito com Defeito tem que ser Refeito	431

3.4. Princípio da Contaminação. Defeito por Derivação. A Indevida Redução da Complexidade. Arts. 573 e 567 do CPP.....	434
3.5. Atos Defeituosos no Inquérito Policial. Novamente a Excessiva Redução de Complexidade a Serviço da Cultura Inquisitória	437
3.6. Para Facilitar a Compreensão das Categorias: Rápidos Exemplos do Tratamento dos Atos Defeituosos. Súmulas do STJ e do STF Pertinentes.....	441
Capítulo VII – Teoria dos Recursos no Processo Penal (ou as Regras para o Juízo sobre o Juízo)	449
1. Introdução. Fundamentos, Conceitos e Natureza Jurídica.....	449
2. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: Direito Fundamental? (In)Aplicabilidade nos Casos de Competência Originária dos Tribunais	453
3. Classificando os Recursos: Ordinários e Extraordinários; Totais e Parciais; Fundamentação Livre ou Vinculada; Verticais e Horizontais; Voluntários e Obrigatórios. Crítica ao Recurso ‘de Ofício’	457
4. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. Conceitos e Crítica. Inadequação de Categorias Diante dos Valores em Jogo no Processo Penal	462
5. Princípios do Processo Penal e sua Incidência na Fase Recursal.....	464
5.1. Princípio da Jurisdicionalidade e Sistema Recursal.....	465
5.2. Princípio Acusatório e Sistema Recursal.....	466
5.3. Presunção de Inocência e Sistema Recursal.....	467
5.4. Contraditório e Direito de Defesa no Sistema Recursal	467
5.5. Motivação das Decisões Judiciais e Sistema Recursal	468
6. Regras Específicas do Sistema Recursal.....	470
6.1. Fungibilidade.....	471
6.2. Unirrecorribilidade	472
6.3. Motivação dos Recursos	473
6.4. Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i> e a Permissão da <i>Reformatio in Mellius</i> ..	473
6.5. <i>Tantum Devolutum Quantum Appellatum</i>	474
6.6. Irrecorribilidade dos Despachos de Mero Expediente e das Decisões Interlocutórias (Simples).....	475
6.7. Complementaridade Recursal	477
6.8. (In)Disponibilidade dos Recursos	478
6.9. Extensão Subjetiva dos Efeitos dos Recursos	479
7. Interposição. Tempestividade. Preparo na Ação Penal de Iniciativa Privada. Deserção	480
8. Requisitos Objetivos e Subjetivos dos Recursos. Crítica à Transposição das Condições da Ação e Pressupostos Processuais.....	488
9. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	495
10. Para Refletir: O (Des)Cabimento da Intervenção do Ministério Público em Segundo Grau	498
Capítulo VIII – Dos Recursos no Processo Penal: Espécies	501
1. Do Recurso em Sentido Estrito	501
1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos do Recurso em Sentido Estrito	501

1.1.1. Requisitos Objetivos: Cabimento, Adequação, Tempestividade e Preparo.....	501
1.1.1.1. Cabimento e Adequação.....	501
1.1.1.2. Tempestividade e Preparo.....	512
1.1.2. Requisitos Subjetivos: Legitimação e Gravame.....	513
1.2. Efeitos do Recurso em Sentido Estrito.....	514
1.3. Aspectos Relevantes do Procedimento. Efeitos.....	515
2. Do Recurso de Apelação.....	518
2.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos da Apelação.....	519
2.1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	519
2.1.1.1. Cabimento e Adequação.....	519
2.1.1.2. Tempestividade. Legitimidade. Gravame. Preparo. Processamento da Apelação.....	536
2.2. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. O Direito de Apelar em Liberdade.....	542
3. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade.....	546
3.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	548
3.2. O Problema da Divergência Parcial. Interposição Simultânea do Recurso Especial e Extraordinário?.....	551
3.3. Efeitos Devolutivo e Suspensivo.....	555
4. Embargos Declaratórios.....	557
4.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	558
4.2. Efeitos Devolutivo, Suspensivo e Modificativo (Infringentes).....	560
5. Do Agravo em Execução Penal.....	563
5.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	567
5.2. Aspectos Procedimentais. Formação do Instrumento e Efeito Regressivo... ..	569
5.3. Efeito Devolutivo e Suspensivo.....	570
6. Da Carta Testemunhável.....	571
7. Dos Recursos Especial e Extraordinário.....	573
7.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	574
7.1.1. Cabimento e Adequação no Recurso Especial.....	575
7.1.2. Cabimento e Adequação no Recurso Extraordinário.....	581
7.1.3. Demais Requisitos Recursais: Tempestividade, Preparo, Legitimidade e Interesse Recursal (Gravame).....	588
7.2. A Exigência do Prequestionamento.....	591
7.3. A Demonstração da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. Reprodução em Múltiplos Feitos.....	594
7.4. Efeito Devolutivo e Suspensivo. Um Reduccionismo a Ser Superado: Prisão Automática nos Recursos Especial e Extraordinário por Ausência de ‘Efeito Suspensivo’?.....	599
7.5. O Agravo de Instrumento para Impugnar a Decisão que Inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário.....	604
7.6. Quadro Esquemático dos Recursos Especial e Extraordinário.....	607
7.7. Principais Súmulas do STJ e STF sobre os Recursos Especial e Extraordinário.....	608

8. De Olho nas Reformas Processuais II: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei 4.206/01	610
9. Anexo do Capítulo: Projeto de Lei 4.206/01. Recursos e Ações de Impugnação..	618
Capítulo IX – Ações de Impugnação: Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança	627
1. Revisão Criminal.....	627
1.1. Cabimento. Análise do art. 621 do CPP	628
1.2. Prazo. Legitimidade. Procedimento	635
1.3. Limites da Decisão Proferida na Revisão Criminal. Da Indenização	639
2. <i>Habeas Corpus</i>	642
2.1. Uma (Re)Leitura Histórica do <i>Habeas Corpus</i> : Os Antecedentes do Direito Aragonês	642
2.2. Antecedentes Históricos no Brasil e Considerações Iniciais.....	645
2.3. Natureza Jurídica	647
2.4. Objeto	648
2.5. Cabimento – Análise dos arts. 647 e 648 do CPP. Habeas Corpus Preventivo e Liberatório	649
2.5.1. O <i>Habeas Corpus</i> como Instrumento de Collateral Attack.....	657
2.5.2. O <i>Habeas Corpus</i> Contra Ato de Particular	658
2.5.3. <i>Habeas Corpus</i> Preventivo	659
2.6. Competência. Legitimidade. Procedimento	661
2.7. Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i>	670
2.8. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>Habeas Corpus</i>	673
3. Mandado de Segurança em Matéria Penal.....	675
3.1. Considerações Prévias	675
3.2. Natureza Jurídica	676
3.3. Objeto e Cabimento. Direito Líquido e Certo	677
3.4. Legitimidade Ativa e Passiva. Competência	680
3.5. Breves Considerações sobre o Procedimento.....	681
Bibliografia	685